

A CLASSE OPERARIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Nº 90

Outubro de 1974

Ano X

Intensificar a Luta Contra a Ditadura

Em que pese a intensa propaganda do "milagre brasileiro" feita no período de Médici e as repetidas afirmações dos ministros de Geisel sobre comportamento favorável da economia do país, dia a dia evidencia-se o rumo catástrofico da orientação antinacional e antipopular seguida pela ditadura nestes dez anos de regime militar. A situação geral do Brasil apresenta-se calamitosa. Avolumam-se os protestos em diferentes setores da população e os generais fascistas recorrem a ameaças, violências e chantagens, elaboram novos planos terroristas para salvar a nau avariada do Sistema que faz água por inúmeros rombos.

Nestes últimos meses, a tão decantada contenção inflacionária transformou-se no seu oposto. Os preços dos gêneros de primeira necessidade, dos aluguéis, dos transportes, dos remédios dispararam bruscamente piorando a já difícil vida do povo. No campo agravaram-se todos os problemas. Lavradores são atingidos duramente pela fome e expulsos de suas glebas. Os plantadores de soja, forçados a vender sua produção em baixa, tiveram enormes prejuízos; o algodão está empilhado em muitas regiões sem ter compradores; boa parte da safra da laranja de São Paulo pela mesma razão foi perdida. A falta de crédito, de mercado, de recursos para enfrentar os competidores estrangeiros está criando serias dificuldades aos empresários nacionais. Sucedem-se falências e concordatas e cresce o volume dos títulos protestados. O endividamento do país atingiu cifras astronômicas, o governo apela para novos empréstimos e faz concessões criminosas ao capital monopolista. Ramos inteiros da economia passam às mãos dos trustes internacionais. A crise social aprofunda-se gerando insegurança e graves desajustes.

Multiplicam-se por isto as manifestações do descontentamento que se generaliza numa escala incomum. Os trabalhadores debatem reajustamentos salariais. Estudantes reclamam o encarecimento e a queda do nível do ensino. Os camponeses resistem à expulsão da terra e à grilagem desenfreada. No Araguaia continua acesa e fulgurante a chama da luta armada. Donas-de-casa erguem a voz verberando a carestia. Comerciantes protestam contra a pesada carga de impostos. Por toda a parte, surge hostilidade à ditadura e a sua orientação econômico-financeira. O povo brasileiro exige liberdade, condena o banditismo policial, quer pôr um fim ao regime de exceção. Onde aparece uma oportunidade, aí se levanta com energia a exigência de imediata liquidação do AI-5 e do decreto 477, reivindica-se a anistia aos presos políticos e a convocação de uma assembleia constituinte. Aumenta o clamor contra o domínio norte-americano e a política antinacional que lhe abre de par em par as portas do país.

Apesar de as eleições de 15 de novembro constituírem uma farsa, na campanha eleitoral também se reflete o sentimento de oposição à ditadura. O futuro governador designado de São Paulo, sr. Paulo Egidio, viu-se obrigado a reconhecer que se acentua uma tendência ao voto de protesto, inclusive entre setores empresariais desse Estado. Se é certo que grande contingente do eleitorado não se interessa pelo pleito e está disposto a expressar seu repúdio através do voto nulo, em branco ou da abstenção, é verdade igualmente que um segmento dos eleitores se pronuncia pelo voto contra os candidatos do governo. Não tanto como partidários do MDB mas para exprimir sua condenação ao atual estado de coisas. Os generais não escondem a preocupação que sentem com a possível derrota de candidatos da ARENA, especialmente em São Paulo, Rio Grande

(Continuação da pag. 1)

do Sul, Pernambuco, Ceará e Goiás. E tomam medidas arbitrárias ou demagógicas a fim de obstar as chances de vitória dos concorrentes.

Em face dos protestos que se adensam, do inconformismo que vai tomando corpo pelo país inteiro, da repulsa à ditadura, os militares fascistas de mobilizam para preservar o Sistema, assim como para tentar deter o ascenso do movimento popular. De uma parte, Geisel com sua camarilha, a par das prisões, da tortura, da censura à imprensa, da cassação do mandato parlamentar de Francisco Pinto, das violências policiais que leva a efeito, manobra nos terrenos político e econômico objetivando atrair forças em apoio ao regime despótico. Cai, porém, em flagrantes contradições. Fala em diálogo e fecha os canais de comunicação. Acena com "abertura" e aperta os torniquetes da repressão. Afirma que precisa de uma oposição construtiva e investe furioso contra os que não aplaudem o governo. Posa de vítima para enganar os desavisados, dizendo que seus parceiros de caserna o estão tolhendo de fazer concessões políticas. ... Manda seus escribas propalar que ele, Geisel, é a última esperança de volta à democracia. E vêm os conselhos que se transformam em ordens - acabar com a agitação contra o regime, evitar quaisquer atitudes contestatórias, usar linguagem de moderação e bom-senso a fim de não enraivecer os "duros" das Forças Armadas. Com semelhantes manejos visa a encontrar modos e formas de impedir que se fortaleça a frente de resistência à ditadura e a criar condições para institucionalizar o fascismo. De outra parte, os militares considerados "radicais" - em cujo meio se inclui a camarilha de Medici - apregoam que o regime deve defender-se apelando para métodos cada vez mais draconianos. Querem esmagar o movimento patriótico e democrático que novamente começa a ascender. E não só esse movimento. Pretendem também liquidar as manifestações de discordância que se verificam em áreas das classes dominantes. Estão em plena atividade, particularmente em São Paulo, onde reconstroem organizações fascistas do tipo "Tradição, Família e Propriedade". Estimulam atos de provocação, fazem ameaças e chantagens. Na sombra, tramam nova escalada repressiva e a intensificação do terror policial. Com Geisel, se possível. Mas não excluem a eventualidade de ter que afastar o ditador de plantão se este se mostrar in-consequente.

Ernesto Geisel não consegue fazer avançar seus projetos da ampliação da base política e social do governo destinados a romper o isolamento crescente em que o Sistema se encontra. Está diante de um impasse. Defronta-se com um amplo e incontível movimento de repulsa à ditadura e ao mesmo tempo esbarra na intolerância exacerbada de forças que sustentam o regime situadas na alta hierarquia militar. A fim de contornar a situação, ele tenta frear a luta pelas reivindicações mais sentidas e impedir a todo custo atitudes oposicionistas resolutas. Acontece que as demonstrações de descontentamento popular serão inevitáveis. Têm causas objetivas. E como resposta, também é provável a ação truculenta dos generais, o que pode resultar em instabilidade no governo. Esboça-se, em consequência, uma crise política que é, antes de tudo, crise do próprio Sistema. A ditadura desgasta-se cada vez mais. As manobras institucionalizantes ou as violências planejadas nos quartéis, sejam quais forem, não conseguirão sobrestar a tendência ao enfraquecimento continuado do Poder dos militares.

Desenvolver e fortalecer a frente de resistência à ditadura torna-se a mais importante tarefa do momento. Mas esta frente só podera cumprir seu papel se atuar de maneira independente. Os que pretendem colocar-se ao lado de Geisel, pretextando opor-se ao mal maior, incorrem num velho erro. Também se equivocam aqueles que acreditam ser necessário baixar o tom das vozes que reclamam os direitos democráticos para não irritar os "radicais". Tais procedimentos acabam em composição com o regime. Enfraquecem a verdadeira oposição de massas. As divergências entre as camarilhas militares não são de princípios. A dupla tática dos generais - pretensa institucionalização ou manutenção indefinida do AI-5, do estado de guerra contra o povo - representa as duas faces da mesma moeda. Serve o objetivo de conservar o jugo tirânico dos reacionários e serviços do capital estrangeiro. A linha da resistência moderada e da capitulação leva sempre à derrota. Para enfrentar as ameaças que pairam sobre a nação, o que se impõe, precisamente, é impulsionar o combate à

(Continua na pag. 4)

Em Crise o "Modelo" de Desenvolvimento

Um verdadeiro emaranhado de declarações contraditórias, de medidas e de contra-medidas, de planos e de reformulação de planos, transformaram a área econômica-financeira do país num mosaico de contradições que coloca em evidência as profundas dificuldades que a ditadura enfrenta para sustentar o chamado milagre econômico.

Tal situação não ocorre por acaso. Está em jogo a própria estrutura do seu modelo de desenvolvimento. Assentado na importação maciça de capitais externos, através de investimentos diretos e de empréstimos; na obtenção de divisas, uma parte das quais provenientes da exportação; e na garantia de altos lucros aos capitalistas estrangeiros e nacionais, por meio do arrocho salarial e da repressão feroz a qualquer reivindicação operária, esse modelo está rachando por todos os lados.

A crise mundial do capitalismo, agravada pela crise energética e pelo déficit do balanço de pagamentos da maioria dos países desenvolvidos (calculado em 38 bilhões de dólares para 1974) fez minguarem as fontes onde a ditadura se nutria para obter financiamentos. As condições e vantagens excepcionais que o regime militar oferecia ao capital estrangeiro já não são suficientes para os grandes grupos monopolistas internacionais. Os países imperialistas, tradicionais exportadores de capitais, pretendem sair das dificuldades que atravessam assegurando rendimentos ainda mais rápidos e compensadores para suas aplicações financeiras; exigem prazos menores para a permanência dos capitais no país, taxas de juros mais elevadas, maior segurança contra riscos, garantia de fontes de matérias primas, de mercados, etc.

Os tecnocratas do governo, diante disso, encontram-se no meio de um túnel escuro. A política de endividamento externo é parte essencial da política de domínio do imperialismo, da qual o Brasil não pode escapar sem mudar o atual regime. Além do mais, existe um limite para o endividamento, limite que nenhuma economia atravessa sem consultas violentas. As obrigações relativas a uma dívida externa de cerca de 22 bilhões de dólares constituem uma carga extremamente pesada para a economia brasileira, elevando a graus insuportáveis a espoliação do país e do povo.

Porém, como não podia deixar de ser, a ditadura apressou-se a adotar medidas que favorecem os grupos monopolistas e permitem a manutenção do fluxo de capitais estrangeiros. Diminuiu o prazo de permanência destes de 10 para 5 anos e reduziu de 25 para 5% o imposto de renda sobre os juros dos empréstimos externos. É evidente que a crise por que passam os principais países imperialistas não facilita previsões otimistas, mesmo com tais medidas.

Onde a imaginação criativa dos tecnocratas parece esgotada é no campo das transações comerciais com o exterior. O déficit da balança comercial tem resistido a todos os remédios e incentivos aplicados no sentido de minimizá-lo. Por um lado, o próprio ministro da Fazenda reconhece que esse déficit resulta, em grande parte, do aumento considerável das importações necessárias ao funcionamento das indústrias de bens de consumo durável (especialmente as automobilísticas e as de eletrodomésticos). Esse "desequilíbrio na estrutura industrial brasileira" - como o denomina o sr. Simonsen - seria o responsável pelo gasto de 1 bilhão e 300 milhões de dólares na importação de aço, afora os 3 bilhões de dólares utilizados na aquisição de petróleo para manter rodando a frota rodoviária. Por outro lado, o ritmo das exportações teima em baixar, tanto em volume quanto em valor, em relação aos principais itens da pauta brasileira. O café, por exemplo, registrou uma queda de 354 milhões de dólares em sua receita no período de janeiro a setembro deste ano. Os principais produtos agrícolas continuam enfrentando problemas de comercialização no mercado externo. O açúcar, apesar de haver obtido preços relativamente altos, diminuiu em volume exportado. Têxteis e calçados continuam sujeitos a medidas restritivas, em especial nos Estados Unidos. A este quadro atual, nada promiss-

(Continua na pág. 4)

(Continuação da pág. 3)

sor, somam-se as tendências de evolução do protecionismo alfandegário em outros países e dos preços em baixa de matérias-primas.

Muitos "experts" do capitalismo são de opinião que uma onda de protecionismo deve abarcar a maioria dos países desenvolvidos nos próximos anos como já vem sucedendo. No mercado internacional de matérias-primas principia a ocorrer o que se costumou chamar de "reversão das expectativas". Depois de três anos de preços relativamente bons causados por malogros de produção em várias partes do mundo, os preços dos principais produtos agrícolas começam a baixar. Em tais condições, as expectativas do ministro da Agricultura quanto ao Brasil cobrir os rombos em sua balança comercial com a produção agrícola não têm fundamento. Um aumento considerável das safras agrícolas, caso se concretize o esforço da ditadura nesse sentido, deve trazer mais dores de cabeça ao governo do que solução para seus problemas. O ocorrido este ano com a soja, o algodão e outros produtos pode repetir-se em escala muito maior.

Finalmente, apesar do arrocho salarial e dos altos impostos, a inflação não foi contida, ao contrário do que propalavam os porta-vozes do regime militar. Represada num índice artificial de 15% em 1973, quando na realidade teria crescido a uma taxa de 27% (há os que a calculam em 36%) a inflação prevista para este ano é de 37%. Isto deixou claro o fato de que a pretensa espiral salário-preços não era senão pretexto para encobrir a política de lucros máximos das empresas imperialistas. A inflação e, concomitantemente, os preços saltaram sem que os salários tivessem um aumento compatível. As medidas creditícias e tributárias adotadas há pouco pelo governo, visam aparentemente a estimular o comércio e a produção que estavam caminhando para um ponto crítico de estagnação. Mas todas elas trazem implícita uma tendência inflacionária. Dessa forma, os governantes talvez só consigam adiar um pouco o aguçamento dos problemas que enfrentam.

Mais uma vez a ditadura pretende resolver suas dificuldades econômicas e financeiras a custa das massas. As irrisórias concessões atuais não passam de migalhas para ludibriar o povo e possibilitar uma posterior intensificação do grau de exploração dos trabalhadores. É claro que os generais não conseguirão amainar as contradições que se aguçam nem salvar seu modelo de desenvolvimento econômico. A luta das massas populares por suas justas aspirações de progresso e liberdade tende a crescer e acabará impondo as soluções condizentes com os interesses fundamentais da nação.

INTENSIFICAR A LUTA CONTRA A DITADURA (Conclusão da pág. 2)

ditadura, desmascarar sua política entreguista e antipopular, denunciar suas arbitrariedades e seus crimes, revelar as manobras tendentes à institucionalização do fascismo. Quanto mais firme e conseqüente for a luta das forças democráticas, mais os generais se isolarão e se enfraquecerão. Ante a perspectiva de agravamento da situação, é imprescindível igualmente preparar-se para qualquer eventualidade e saber aproveitar todas as oportunidades para ampliar e reforçar as posições do movimento popular. Os militares não poderão manter-se somente através da repressão. Chegara o dia em que será derrubado o mais infame regime que o país já teve. Isto não se dará sem lutas e sacrifícios. Mas a força unida dos patriotas e democratas acabará triunfando.

RÁDIO TIRANA: 31 e 42 metros - Das 20 às 21 horas e
Das 22 às 23 horas.

RÁDIO PEQUIM: 25 e 42 metros - Das 19 às 20 horas
19,4 e 32 metros - Das 21 às 22 horas.

TRIUNFOS HISTÓRICOS DO POVO CHINÊS

(Mensagem do Partido Comunista do Brasil enviada ao Partido Comunista da China por ocasião do 25º aniversário da Revolução Chinesa vitoriosa)

Ao camarada Mao Tsetung

Ao Comitê Central do Partido Comunista da China

Prezados camaradas

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil envia, por vosso intermédio, aos comunistas e ao grande povo chinês suas calorosas e fraternais felicitações pela passagem do 25º aniversário da vitória da Revolução Chinesa e da fundação da República Popular.

A data de 1º de Outubro de 1949 assinalou mudança radical na vida da velha China, teve ressonância mundial. A libertação do país mais populoso da Terra do jugo dos exploradores estrangeiros e de seus lacaios assim como seu ingresso na senda luminosa do socialismo vibraram potente golpe no sistema imperialista e deram formidável alento à luta dos povos oprimidos por sua emancipação nacional e pelo progresso social. O caminho que levou as massas populares ao Poder, a se assenhorearem efetivamente de seus próprios destinos, foi aspero, exigiu sacrifícios inumeráveis, sangrentos combates, unidade sólida e a direção firme e clarividente do glorioso Partido Comunista e de seu líder, o camarada Mao Tsetung. Derrubada a opressão secular, novos e inauditos esforços foram necessários para superar o ominoso atraso e transformar a China em uma nação avançada, culta, próspera, verdadeiramente soberana, poderoso baluarte dos trabalhadores e dos povos que ainda sofrem a tirania capitalista e imperialista. A Grande Revolução Cultural Proletária salvaguardou as conquistas obtidas e consolidou o regime socialista.

Neste quarto de século desde o triunfo histórico, o povo chinês, sob a justa direção dos comunistas, marchou de modo impávido para diante, conseguiu êxitos gigantescos e se projetou merecidamente no cenário internacional. Propugnando sem vacilações pela independência e pela igualdade de todas as nações, grandes ou pequenas, combatendo com destemor o imperialismo, o revisionismo e a reação, em particular o imperialismo norte-americano e o social-imperialismo soviético que pretendem a hegemonia mundial, e erguendo bem alto a bandeira da revolução popular, a China de Mao Tsetung granjeou a admiração, o respeito e o reconhecimento das massas exploradas e oprimidas de todos os Continentes.

O povo brasileiro - que vive sob o tacão de uma ditadura militar sangüinária e vende-pátria - sempre acompanhou com interesse a luta heroica das forças revolucionárias da China e manifestou grande simpatia pela causa da edificação da nova vida nesse imenso país. Alegra-se com os sucessos alcançados e tem em elevada estima os riquíssimos ensinamentos emanados da Revolução Chinesa. As experiências e os exemplos do povo chinês e de seu partido marxista-leninista estimulam as correntes progressistas e revolucionárias brasileiras nos embates que sustentam tendo em vista derrubar o regime militar-fascista e o domínio do imperialismo norte-americano e de seus serviços.

Fazemos ardentes votos, prezados camaradas, para que a China Popular, sob a liderança do Partido Comunista e do camarada Mao Tsetung, alcance novos triunfos na construção do socialismo e na consolidação da ditadura do proletariado. Que o estandarte vermelho da classe operária revolucionária tremule ainda mais sobranceiro para guiar a portentosa nação da Ásia pelo caminho do comunismo.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1974

O COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Demagogia Sobre o Salário dos Trabalhadores

O governo Geisel vem de anunciar, com sentido demagógico e eleitoreiro, algumas medidas supostamente destinadas a ativar a economia nacional que se acha em crise indissolúvel. Entre essas medidas estão pequenas concessões salariais ao proletariado.

No entanto, ainda há pouco tempo, a ditadura militar, através do ministro do Trabalho, negava de público que estivesse cogitando de antecipar um novo salário-mínimo ou de conceder qualquer abono. Ao contrário. Em resposta a movimentos da classe operária em diversos Estados em favor do aumento da remuneração e contra o arrocho em vigor, porta-vozes dos generais afirmaram que a situação dos trabalhadores era "ótima", pois desfrutavam de "notável melhoria salarial" em decorrência do "milagre econômico". Consideraram que o reajuste dos salários previsto para o ano corrente, na base de 25%, significaria um "ganho real" em comparação com o conseguido no ano passado. E ante a insistência de algumas entidades sindicais operárias, advertindo o governo da impossibilidade em que se encontravam de conter explosões espontâneas dos trabalhadores, descontentes com os efeitos negativos da inflação e com a elevada taxa de exploração, o ministro Arnaldo Prieto mostrara-se irritado, asseverando que não admitia "pressões" e fazendo ameaças.

Agora, na exposição de motivos encaminhada ao Congresso Nacional sobre o problema, o tom dos governantes já é outro. Reconhecem que os reajustes ocorridos no primeiro semestre do ano se basearam numa expectativa inflacionária inferior à alta do custo de vida, como se este fato não viesse ocorrendo desde que se implantou a ditadura, há dez anos. Confessam que houve "compressão" da capacidade de compra das massas laboriosas, "inclusive dos trabalhadores que percebem o salário-mínimo". (Não é de hoje que essa capacidade está comprimida pelo arrocho salarial, principalmente para os que são obrigados a receber o limite mínimo de salários, que tradicionalmente é um dos mais baixos do mundo). Notam, enfim, "certa queda do poder aquisitivo" dos que tiveram seus salários reajustados no primeiro semestre (este é outro exemplo do descaramento da ditadura, quando aborda as condições de vida do proletariado e do povo. Haja visto que o poder aquisitivo dos que ganham o salário-mínimo sofreu, depois de 1964, um decréscimo de cerca de 70%, conforme demonstraram 12 Federações de Trabalhadores da Indústria de S. Paulo, em memorial dirigido a Medici às vésperas do 1º de maio de 1973).

As pressões da classe operária, se bem que ainda insuficientes, já começaram, pois, a dar resultados concretos.

Mas de que maneira pretende "corrigir" essa situação o projeto de lei governamental?

1) com a introdução de uma nova fórmula de reajuste pelo qual o salário real seja reconstituído na base dos últimos 12 meses e não dos 24 meses como instituiu a lei de 12 de junho de 1968, fórmula a entrar em vigor em janeiro de 1975; 2) com a instituição de um abono de emergência de 10%, a partir de 1º de dezembro de 1974, calculado sobre os salários das categorias profissionais que obtiveram reajustes entre janeiro e junho do corrente ano; 3) com a aplicação deste abono aos níveis do salário-mínimo. Para o segundo item haverá incidência de contribuições e descontos determinados pela lei. Ainda mais: o referido abono será considerado como uma antecipação dos próximos reajustamentos de salários, inclusive dos níveis do salário-mínimo.

É evidente que a concessão é insignificante, não corrige quase nada. Embora metade do proletariado esteja na faixa do salário-mínimo, o abono representa uma gota d'água, está longe de satisfazer suas prementes e angustiosas necessidades de alimentação, moradia, transporte etc. A fim de melhor avaliar o alcance do abono às categorias de trabalhadores que tiveram reajustes no primeiro semestre, basta saber que, de acordo com um levantamento procedido pelo Tribunal Regional do Trabalho, de São Paulo, os reajustamentos salariais

(Continua na pag. 7)

(Continuação da pág. 6)

no primeiro semestre de 1973 foram mais altos que em igual período de 1974. Em 125 dissídios julgados naquele ano, a média de reajustes foi de 19,5%, ao passo que a média atual atingiu apenas 18,09% em 130 dissídios. Por sua vez, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo do Campo, onde se concentra a maioria das fábricas de automóveis, declarou que o abono de emergência em nada beneficiará sua categoria profissional. Isto porque, apesar de se encontrar dentro dos limites previstos (janeiro a junho), a quase totalidade de das empresas do município, no setor metalúrgico, em consequência da luta dos operários, antecipou aumentos de salários em nível superior a 10%. Na realidade, as categorias mais importantes terão seus dissídios julgados no segundo semestre de 1974, ficando, portanto, excluídas do abono.

Quanto à nova fórmula de reconstituição do salário real, a partir de janeiro de 1975, ela se traduzirá por um acréscimo de 3% automaticamente compensado no reajustamento posterior. Com a correção do resíduo inflacionário previsto, o aumento deverá alcançar uns 9%. Isto é muito pouco, quando se sabe que o deficit do salário real atingiu a mais de 50% nos últimos dez anos. Entretanto, o centro da questão reside no fato de que os preços dos artigos de consumo e dos serviços sobem mais rapidamente que os salários. Igualmente não cessa de se elevar a taxa de inflação. Esta disparidade a ditadura é incapaz de corrigir porque esta a serviço dos exploradores e opressores da nação.

A classe operária não se iludirá com medidas dessa ordem. O próprio governo Geisel se encarregou de esclarecer que tem em vista unicamente fortalecer a denominada estratégia do desenvolvimento seguida até agora, isto é, o desenvolvimento à custa do sacrifício dos trabalhadores e a favor dos grandes grupos capitalistas nacionais e estrangeiros.

No fundo, as medidas da ditadura foram determinadas por outras razões. Ela sabe que o proletariado está cada vez mais descontente e disposto a ir à luta por sua sobrevivência. Vê multiplicarem-se as críticas contra a carestia, o achatamento salarial, as horas extras e outras formas de espoliação e de rebaixamento do nível de vida dos assalariados. Tem de recorrer, constantemente, à repressão para abafar greves e protestos que surgem sempre em maior número. Teme, em suma, que as pressões atuais se transformem em incontornáveis explosões de rebeldia.

Assim, o abono de emergência e a nova base para os cálculos dos reajustes de salários assinalam uma pequena vitória. Mas de modo nenhum representam a reposição e os reajustes que os trabalhadores vêm pleiteando desde o ano passado. Por isso, é indispensável prosseguir a luta nos locais de trabalho e nos sindicatos, organizar-se e unir-se de fato para obter conquistas eficazes. A classe operária, para não ser degradada física e moralmente, tem de preparar-se, sem temor, para empreender greves e ações energéticas, de envergadura, a fim de varrer com o arrocho salarial e a política de fome e opressão dos generais fascistas.

"Nem a repressão terrorista nem a demagogia dos militares no Poder poderão impedir que a classe operária ocupe seu posto de combate e de dirigente da luta de todo o povo brasileiro. Ela saberá cumprir, até o fim, sua missão emancipadora."

Do documento OS GENERAIS CONTRA OS TRABALHADORES, editado pelo Partido Comunista do Brasil, em março de 1972.

CIA - ponta aguçada da garra imperialista

As últimas declarações dos governantes dos Estados Unidos sobre a missão e as atividades da Central Intelligence Agency (CIA) não constituem novidade. Esta instituição viu seu poderio aumentado e passou a intensificar suas operações clandestinas contra as forças democráticas e os povos de outros países à medida em que o imperialismo norte-americano elaborava seus planos hegemônicos e se convertia em gendarme da reação mundial.

Inumeráveis são as façanhas da CIA visando a estender o domínio ianque a toda a parte. Organizou a derrubada de Mohamed Mossadegh, em 1953, no Irã, devido às medidas de nacionalização do petróleo por ele programadas. Preparou a intervenção militar que destituiu o presidente Jacob Arbenz, da Guatemala, em 1954. Tramou a ocupação do Vietnã do Sul, do Laos e do Camboja. Organizou o golpe militar na Grécia, em 1967, e determinou o assassinato de Ernesto "Che" Guevara na Bolívia. Sobre essas façanhas, muitos artigos, e até livros foram escritos, com descrições minuciosas e fundamentadas. Há outras ações menos comentadas. Por exemplo, a CIA contribuiu decisivamente para o golpe militar de 1964 em nosso país. Dele participou de modo intenso o seu agente Vernon Walters, então coronel do Exército norte-americano e que ocupava, oficialmente, o cargo de adido militar da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil. Era muito relacionado com os generais golpistas, especialmente com Castelo Branco a quem conhecia dos tempos da FEB. Depois de 1964, foi promovido a general e à vice-diretor da CIA. Mas continua, com espantoso descaramento, a visitar com assiduidade seus amigos brasileiros, em geral militares aboletados em altas posições governamentais.

Nessa instituição tudo é fraude e engodo, a começar pelo seu nome que dá a entender ocupar-se ela principalmente de espionagem. No entanto, seu ex-funcionário Victor Marchetti revela, no livro "A CIA e o Culto da Inteligência", que dois terços do orçamento anual dessa organização (mais ou menos 750 milhões de dólares) e de 60% a 70% dos seus cinco mil agentes no exterior estão voltados para operações de subversão em outros países. A parte menor é que esta dedicada à coleta de informações.

Neste sentido, a participação da CIA no golpe militar chileno do ano passado desvendou alguns dos mais escabrosos aspectos da política norte-americana na América Latina.

Sabia-se que antes mesmo da vitória de Allende, a International Telegraph & Telephone (a famosíssima ITT) se dirigira à CIA propondo medidas para impedir a eleição ou a posse do candidato da Unidade Popular. Parece que a ITT foi com muita sede ao pote, enquanto a conduta das demais empresas ianques no Chile e a do governo estadunidense eram mais pensadas e cuidadosas. Na época, Nixon ordenou que a CIA e outros órgãos da Administração Federal examinassem o assunto e propusessem medidas concretas, pondo de lado qualquer coisa parecida com a invasão da República Dominicana. Isto significa que, face ao estado de espírito do povo norte-americano com a desgastante guerra do Vietnã, era politicamente desaconselhável a interferência aberta dos Estados Unidos. A alternativa era a intervenção discreta, isto é, secreta. Em outras palavras: era um caso típico para uma "operação encoberta" da CIA. A ITT estava disposta a gastar até nove milhões de dólares na trama. Não se sabe se gastou. Mas a CIA empregou mais de onze milhões de dólares na preparação do golpe militar.

As revelações sobre o Chile, que já não podiam ser negadas, levaram alguns figurões de Washington a encenarem um dos habituais "shows" de hipocrisia. Gerald Ford, o novo presidente, afirmou que aquele dinheiro fora aplicado na ajuda aos partidos e à imprensa de oposição que corriam o risco de ser sufocados pelo governo de Allende. No entanto, Allende respeitou rigorosamente os direitos da oposição, mesmo quando esta descambou para o abuso e a conspi-

(Continua na pág. 9)

(Continuação da pág. 8)

ração. A atual ditadura militar, patrocinada pelos Estados Unidos, é que proibiu ou pôs em recesso todos os partidos, não só os que lhe eram contrários, e fechou ou amordaçou todos os jornais, até os considerados independentes. Na da disso impediu William Colby, atual diretor da CIA, de afirmar, em entrevista recente, que a intervenção teve por objetivo "sustentar as forças democráticas" no Chile...

Contudo, por mais chocante que fosse o testemunho do presidente Gerald Ford de que a CIA usara dinheiro para financiar a oposição interna de outro país, pior ainda foi a confissão de que o dinheiro também fora empregado em operações com nítido sentido de preparação golpista, como a famosa greve dos proprietários de caminhões que contribuiu para desorganizar a economia chilena e causar dificuldades no abastecimento. Sabe-se agora que durante as semanas em que ficaram parados, os donos de caminhões, manipulados pelos dirigentes cristãos-democratas, viveram do dinheiro da CIA distribuído através destes mesmos dirigentes.

As atividades da CIA culminaram com o golpe militar de Pinochet, Leigh & Cia, certamente o mais sangrento e cruel já ocorrido na América Latina. Não se conhece a quantidade de dólares abocanhada pelos generais...

A CIA é a ponta aguçada das garras do imperialismo. É capaz de usar qualquer meio, por mais brutal e criminoso que seja. Seu atual diretor, William Colby, dirigiu no Vietnã do Sul a conhecida "Operação Fênix" que, segundo a revista "Time", tinha causado, até 1971, a morte de 20.587 resistentes e simpatizantes da Frente de Libertação Nacional, inúmeros deles sumariamente assassinados. A revista descreve Colby, este chefe de assassinos, como um pacato cidadão suburbano, que não fuma, raramente bebe, é católico devoto e gosta da família...

A CIA estimula a criação de organizações parapoliciais, como a "Mano Blanca", na Guatemala, ou a recente AAA, na Argentina, cuja finalidade é a eliminação física dos patriotas atuantes, e a instauração de um clima de terror. Note-se que no Brasil, o aparelho de repressão da ditadura militar (o Centro de Operações de Defesa Interna - CODI - do Ministério do Exército, o CENIMAR - da Marinha, etc.) encarrega-se diretamente dos assassinatos, sem a intermediação de nenhuma entidade-fantasma. Mas também aqui a orientação básica é a mesma da CIA: eliminação física das pessoas incômodas, dos "irrecuperáveis".

A atuação da Central Intelligence Agency é o equilavente moderno da "política das canhoneiras" que caracterizou o intervencionismo norte-americano, principalmente na América Central, há setenta ou oitenta anos. É a alternativa para o desembarque dos fuzileiros navais ainda recentemente empregado na República Dominicana. A CIA utiliza as Forças Armadas de diferentes países, chegando mesmo a transformar oficiais e soldados de exércitos locais em algo assemelhado a um corpo de mercenários a serviço do imperialismo.

Embora a corrupção pelo dinheiro desempenhe um grande papel nas ações clandestinas da CIA, isto por si só não explica o sucesso de algumas de suas operações. É preciso considerar que setores inteiros das classes dominantes dos países latino-americanos se desnacionalizaram e vincularam sua sorte à sorte do imperialismo. Por ódio ao povo e amor aos seus privilégios "despem o uniforme nacional e vestem a libré de lacaios" do explorador estrangeiro. Os generais golpistas, no Brasil ou no Chile, pertencem a esta casta.

Nada disto, porém, torna verdadeiros os argumentos dos defensores da CIA, nos Estados Unidos, de que esta, quando estimula golpes militares, se limita a dar um pequeno empurrão em acontecimentos que de qualquer modo ocorreriam. A parte da CIA nos putschs reacionários no Continente é uma pequena parte do todo, assim como o veneno da cobra é uma pequena parte da cobra. Mas é o veneno que mata. Sem o apoio do imperialismo norte-americano, principalmente o apoio financeiro e organizativo, os generais reacionários dificilmente se sentiriam encorajados a tentar, hoje, golpes na América Latina. O empurrão ianque é decisivo.

(Continua na pág. 10)

(Continuação da pág. 9)

O papel da CIA nos sangrentos acontecimentos chilenos do ano passado deixou claro que Henry Kissinger foi um dos inspiradores da ação clandestina. Assim, Kissinger, o sorridente executor da política de distensão, mostrou outra face, a face da intervenção e da violência. Não há nada de surpreendente nisso. A política de distensão ou de recuo parcial e passageiro em certas áreas, bem assim a orientação intervencionista em outras áreas são aspectos de um todo: a política do imperialismo. Kissinger apenas encarna o imperialismo, tanto quando sorri como quando puxa os cordeis dos assassinos a serviço da CIA.

E se alguém pensa que as maquinações da CIA resultam exclusivamente de decisões do Poder Executivo, seja de Ford, Kissinger ou Colby que defendem agora, abertamente, o direito de os Estados Unidos intervirem da vida interna de outros países e decidirem quais os governos que lhes convêm - então registre o seguinte dado: a Câmara de Representantes do Congresso dos Estados Unidos rejeitou, em 24 de setembro passado, por 291 votos a 108, uma moção no sentido de proibir à CIA o envolvimento em assuntos internos de outras nações.

De nada adiantará tirar a moral de fatos que são absolutamente imorais. O imperialismo norte-americano continuará fiel à sua lógica contra-revolucionária. Seus agentes no exterior prosseguirão realizando as sinistras tarefas da CIA. Cabe as forças populares desmascara-lo sem tréguas, aguçar a vigilância e lutar com decisão para liquidá-lo completa e definitivamente.

"A guerra popular não é uma concepção estática. Todos os seus aspectos básicos são processos complexos e interdependentes, que estão em permanente movimento. A maneira de encara-los deve partir da ideia de que o pequeno se torna grande, a inexistência dá lugar à existência, a debilidade se transforma em força. A guerra popular não surge inteiramente configurada. Tem sua fase de preparação e seu começo encerra dificuldades. Muitos dos elementos que a constituem são, no início, simples embriões que irão se afirmando no curso da luta. "A revolução e as guerras revolucionárias - diz Mao Tsetung - vão do nascimento ao desenvolvimento, do pequeno ao grande, da ausência de Exército vermelho à criação do Exército vermelho, da ausência de bases revolucionárias à criação das bases revolucionárias."

(Do documento GUERRA POPULAR CAMINHO DA LUTA ARMADA NO BRASIL)

CAMINHO DO ARAGUAIA

CAMINHO DO POVO

No dia 7 de outubro completa um ano que se iniciou a 3a. campanha do Exército contra as Forças Guerrilheiras do Araguaia. Milhares de soldados espalharam-se pela área no afã de liquidar em curto prazo a resistência armada dos moradores do sul do Para. Apesar do armamento moderno, da tropa selecionada, dos aviões e helicópteros, da orientação dos técnicos norte-americanos, do banditismo contra humildes lavradores, os serviços da ditadura não conseguiram seus objetivos. Até hoje, lá estão acampados em vários lugares, palmilhando a mata, ocupando roças e fazendas, cometendo arbitrariedades, dedesperrados e desgastados.

Uma reportagem há pouco publicada num vespertino de São Paulo dá conta da ação militar que prossegue no Araguaia. Escrevendo a propósito de uma viagem pela Transamazônica, o autor faz observações sobre o trajeto, as péssimas condições da pista, a vida triste nos povoados e cidades nela localizados. E relata que, nos primeiros trechos do lado do Para, encontrou três barreiras dos batalhões antiguerrilhas do Exército. Ninguém - diz o jornalista - pode passar armado nessas barreiras, mesmo com um pequeno revólver e tendo porte de arma, sem ser detido imediatamente. Um helicóptero realiza ali operações de vigilância, acompanhando as viaturas. Do alto, binóculo em punho, os soldados espreitam o movimento da estrada. Centenas de moradores da área, divulga ainda o reporter, foram presos pelo Exército.

Em Marabá, Araguatins, Xambioá, Araguaia há contingentes militares. Quem viaja por essas cidades narra o ambiente carregado da vida local. Os habitantes são vigiados, as pessoas estranhas, interrogadas ou presas. Não podem caçar e, às vezes, nem mesmo pescar. O Exército recruta informantes na zona que, por sua vez, se transformam em perseguidores da população. Sob um clima de guerra, aí imperam o marasmo e a falta de segurança.

Tentando esconder seu fracasso, o Exército propala na região que liquidou vários combatentes e que os guerrilheiros são poucos e mal armados. Mas o povo pergunta: então por que tanta tropa, tantos aviões e helicópteros para enfrentar um pequeno núcleo de resistência? E comenta: os guerrilheiros podem ser poucos no número mas são muitos no coração da gente, podem ser fracos no armamento mas são fortes pela causa que defendem. Ninguém acabará com eles. A mata é grande e acolhedora. Os que caírem serão, mais cedo ou mais tarde, substituídos por outros, por inúmeros rebeldes contra o abuso e a opressão dos poderosos. A resistência armada abriu os olhos dos homens simples do campo. O caminho da libertação apareceu claramente.

O Exército tem medo de falar da luta no Araguaia. Nem mesmo é capaz de anunciar publicamente a morte de um guerrilheiro por ele perseguido. É que os mortos permanecem vivos quando tombam empunhando armas em defesa dos sagrados interesses do povo. A cortina de silêncio que a ditadura desceu sobre os acontecimentos em curso há dois anos e meio nas florestas do sul paraense revela temor de que o exemplo de ousadia e coragem dos combatentes da selva ganhe a consciência de milhões de brasileiros sequiosos de liberdade e justiça social. O silêncio é sinal de fraqueza, uma forma de confessar impotência ante a firmeza dos que não se curvam à tirania. Queiram ou não os militares, os fatos relativos ao Araguaia tornar-se-ão conhecidos em escala ascendente. E produzirão seus efeitos.

Acostumados a reprimir cruelmente o povo nas cidades, a prender e torturar covardemente patriotas e democratas, a proferir sentenças clandestinas de morte contra abnegados revolucionários, os generais fascistas, no Araguaia, defrontaram-se com uma realidade bem diversa. Trinta meses se passaram,

(Conclui na pág. 12)

(Conclusão da pág. 11)

não puderam cantar vitórias. Exasperam-se com a tenacidade dos guerrilheiros. Esperavam, após um longo cerco da região, que estes capitulassem. Mas ninguém se entregou. Apesar das imensas dificuldades, dos sacrifícios inauditos, o povo da mata, homens e mulheres que iniciaram a resistência armada, mantêm-se firmes no campo da luta, dispostos a levar adiante a bandeira da libertação erguida a 12 de abril de 1972. Têm o apoio e a simpatia da população interiorana, o respaldo de boa parte dos que habitam o país. Logo logo esse apoio ha de se transformar em atos concretos.

O caminho do Araguaia é o caminho do povo. A luta libertadora será pro longada. Terá altos e baixos, avanços e recuos, sofrera contratempos. Aos poucos, porém, englobara forças sempre mais numerosas em diferentes regiões do interior até se converter em vigorosa avalanche revolucionária que acabara derrocando o regime retrógrado, antinacional e antipopular, opressor da esmagadora maioria da nação. Esta é uma perspectiva perfeitamente realizável. A vida o está demonstrando. Se para combater uma centena de guerrilheiros no Araguaia, apoiados pelas massas, o Exército teve que pôr em pé de guerra milhares de soldados, quantas dezenas e talvez centenas de milhares de homens precisará mobilizar para enfrentar numerosos araguaias disseminados por esse Brasil afora? Há dois anos e meio tenta esmagar um unico núcleo guerrilheiro. Necessitará cem anos para fazer o mesmo com outros muitos núcleos que surgirem no país. Só não levará tanto tempo, porque bem antes se rá totalmente derrotado.

Os ensinamentos do combate têm um imenso valor estratégico e tático. Nestes doze meses de vigilância constante e de resistência à perseguição do inimigo, os guerrilheiros aprenderam um bocado e tiraram lições extremamente proveitosas para o desenvolvimento do movimento armado popular. Assimilaram melhor as leis da guerra. Valorizaram plenamente a experiência vivida. Os frutos dessa grande jornada se traduzirão em êxitos nos recontros futuros pela liberdade, progresso e independência da Pátria.

"Nas atuais condições do mundo, a guerra popular é o caminho provado de que dispõem os povos oprimidos para alcançar sua libertação. Já demonstrou sua eficiência na China, Vietname e outros países. Trilhando por este caminho, os brasileiros descortinarão as mais promissoras perspectivas de vitória. O povo passará por provas difíceis, terá de fazer ingentes sacrifícios, perderá muitos de seus melhores filhos. Mas aprenderá com a vida o manejo das armas, aprenderá a arte de combater, acabará dominando com mestria o método da guerra popular".

"Que os militares fascistas e os imperialistas ianques espumem de ódio! A guerra popular será uma realidade! E o povo vencerá."

(Do documento GUERRA POPULAR CAMINHO DA LUTA ARMADA NO BRASIL, do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, editado em janeiro de 1969)